

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

MANUAL DOS
RECURSOS
PENAIIS

6ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHO

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Badaró, Gustavo Henrique
Manual dos Recursos Penais / Gustavo Henrique Badaró. -- 6. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0087-8

1. Direito processual penal - Brasil 2. Recursos (Direito) - Leis e legislação - Brasil
I. Título.

23-162621

CDU 347.955:343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recursos : Direito processual penal 347.955:343.1(81)
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À SEXTA EDIÇÃO	7
NOTA DO AUTOR À QUINTA EDIÇÃO.....	9
NOTA DO AUTOR À QUARTA EDIÇÃO	13
NOTA DO AUTOR À TERCEIRA EDIÇÃO.....	15
NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO	17
UMA JUSTIFICAÇÃO E UMA HOMENAGEM	19

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. NOÇÕES GERAIS.....	37
1.1. Conceito de recurso	37
2. CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS.....	41
2.1. Recursos de devolução plena e parcial.....	41
2.2. Recursos de fundamentação livre e vinculada.....	42
2.3. Recursos ordinários e extraordinários.....	42
3. FUNDAMENTO DOS RECURSOS: O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	45
3.1. Fundamento psicológico dos recursos.....	45
3.2. Fundamento político dos recursos.....	45
3.3. O fundamento jurídico dos recursos	46
3.4. Conteúdo do duplo grau de jurisdição	50
3.5. O direito de recorrer nas declarações internacionais de Direitos Humanos.....	51
3.6. Direito ao recurso: conteúdo segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos	55
3.7. A eficácia da regra do art. 8.2.h da CADH e do art. 14.5 do PIDCP.....	59
3.8. O recurso e a reconstrução histórica do fato.....	64

3.9.	Duplo grau em matéria de fato e renovação da instrução em segundo grau.....	69
3.9.1.	A solução espanhola.....	71
3.9.2.	A solução italiana	74
3.10.	Duplo grau de jurisdição e a competência originária dos tribunais.....	76
3.11.	Proposta para uma leitura do duplo grau de jurisdição: direito ao recurso do acusado, para um controle epistêmico da presunção de inocência ...	79
4.	A VOLUNTARIEDADE DOS RECURSOS	89
4.1.	O denominado recurso <i>ex officio</i>	90
4.1.1.	Recurso de ofício da sentença que absolve sumariamente o acusado no procedimento do Júri	93
4.1.2.	Recurso de ofício da sentença que concede <i>habeas corpus</i>	94
4.1.3.	Recurso de ofício da decisão de reabilitação	94
4.1.4.	Recurso de ofício da Lei de Economia Popular	94
5.	PRINCÍPIOS RELATIVOS AOS RECURSOS	99
5.1.	Taxatividade	99
5.1.1.	Cabimento de recurso contra decisão juridicamente inexistente.....	99
5.2.	Unirrecorribilidade das decisões.....	103
5.3.	Fungibilidade recursal	105
5.4.	Variabilidade	111
5.5.	Dialeticidade	113
5.6.	Disponibilidade	115
5.7.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	116
5.8.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	117
5.8.1.	A proibição de <i>reformatio in pejus</i> indireta	121
5.8.1.1.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no Tribunal do Júri.....	123
5.8.1.2.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no caso de nulidade por juiz constitucionalmente incompetente.....	126
6.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO	129
6.1.	Juízo de admissibilidade	129
6.1.1.	Competência para o juízo de admissibilidade recursal	129

6.1.2.	Objeto do juízo de admissibilidade recursal	131
6.1.3.	Resultado do juízo de admissibilidade recursal.....	133
6.2.	Juízo de mérito recursal.....	135
6.2.1.	Competência para o juízo de mérito recursal	135
6.2.2.	Objeto do juízo de mérito recursal.....	135
6.2.3.	Resultado do juízo de mérito recursal	136
7.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL.....	139
7.1.	Cabimento.....	139
7.2.	Legitimidade	139
7.2.1.	Legitimados gerais: as partes.....	141
7.2.2.	Legitimados especiais.....	144
7.3.	Interesse.....	148
7.3.1.	Interesse recursal do Ministério Público	150
7.3.2.	Interesse recursal do acusado.....	152
7.3.2.1.	Interesse do acusado em recorrer no caso de extinção da punibilidade	154
7.3.3.	Interesse do ofendido	157
7.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	158
7.4.1.	Fatos impeditivos.....	158
7.4.2.	Fatos extintivos	164
7.4.2.1.	Desistência.....	164
7.4.2.2.	Deserção	167
7.5.	Tempestividade.....	173
7.5.1.	Prazo e termo inicial do prazo: distinções.....	174
7.5.2.	Intimações eletrônicas e o termo inicial dos prazos.....	176
7.5.3.	Intimação do Ministério Público.....	179
7.5.4.	Intimação do acusado e do defensor.....	181
7.5.5.	Intimação do ofendido e do assistente de acusação	182
7.5.6.	Termo <i>a quo</i> do prazo recursal	183
7.6.	Regularidade formal.....	188
8.	EFEITOS DOS RECURSOS	193
8.1.	Efeito devolutivo.....	194
8.1.1.	Extensão da matéria devolvida	196

8.2.	Efeito suspensivo	200
8.3.	Efeito regressivo.....	206
8.4.	Efeito extensivo.....	207
8.4.1.	A natureza do art. 580 do CPP.....	207
8.4.2.	Da necessidade do <i>simultaneus processus</i>	209
8.4.3.	Da aplicação analógica do art. 580 em processos distintos	211
9.	DO PROCESSO E JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS	215
9.1.	Da apelação ordinária	216
9.2.	Da apelação sumária e do recurso em sentido estrito.....	222
9.3.	Da atuação da Procuradoria de Justiça nos tribunais	223
9.4.	A conversão do julgamento em diligência	225
9.5.	A decisão colegiada: votação e discussão do acórdão	226
9.6.	A decisão colegiada: deliberação	232
9.7.	A apuração do resultado: empate na votação.....	234
9.8.	A apuração do resultado: dispersão de votos.....	237
10.	O PROBLEMA DO DIREITO INTERTEMPORAL.....	241
10.1.	Normas processuais penais e o direito intertemporal.....	244
10.2.	Natureza das normas sobre Recursos e o direito intertemporal.....	245

PARTE II RECURSOS EM ESPÉCIE

11.	APELAÇÃO.....	257
11.1.	Noções gerais	257
11.2.	Requisitos de admissibilidade.....	258
11.2.1.	Cabimento	258
11.2.1.1.	Das sentenças definitivas de condenação ou absolvição	258
11.2.1.2.	Das decisões definitivas ou com força de definitivas	259
11.2.1.2.1.	O conceito de decisões com força de definitiva e as medidas cautelares reais...	262
11.2.1.3.	Das sentenças do Tribunal do Júri.....	263
11.2.1.3.1.	Nulidade posterior à pronúncia.....	264

11.2.1.3.2.	Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	265
11.2.1.3.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança.....	265
11.2.1.3.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	266
11.2.2.	Legitimidade	272
11.2.3.	Interesse	273
11.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	275
11.2.4.1.	Renúncia ou desistência.....	275
11.2.4.2.	Recolher-se à prisão para apelar	275
11.2.5.	Deserção	276
11.2.6.	Tempestividade.....	276
11.2.7.	Regularidade formal.....	280
11.2.7.1.	As razões recursais.....	280
11.3.	Procedimento.....	282
11.3.1.	Formação do traslado	283
11.4.	Efeitos da apelação	285
11.4.1.	Efeito devolutivo.....	285
11.4.2.	Efeito suspensivo	288
11.4.3.	Efeito regressivo.....	293
11.4.4.	Efeito extensivo.....	293
12.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	295
12.1.	Noções gerais	295
12.2.	Requisitos de admissibilidade.....	296
12.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581.....	296
12.2.1.1.	Rejeição da denúncia ou queixa.....	297
12.2.1.2.	Concluir pela incompetência	299
12.2.1.3.	Julgar procedentes as exceções, exceto de suspeição.....	299
12.2.1.4.	Pronunciar o acusado.....	300
12.2.1.5.	Decisões sobre prisão e liberdade provisória	300
12.2.1.6.	Declaração ou rejeição do pedido de extinção da punibilidade	302

12.2.1.7.	Sentença que concede ou nega <i>habeas corpus</i>	303
12.2.1.8.	Anula o processo no todo ou em parte	304
12.2.1.9.	Denegar a apelação ou julgá-la deserta	305
12.2.1.10.	Ordenar a suspensão do processo por questão prejudicial	305
12.2.1.11.	Decidir incidente de falsidade documental	306
12.2.1.12.	Recusa à homologação de acordo de não persecução	306
12.2.1.13.	Decisões sobre pena e medida de segurança	307
12.2.1.14.	Decisão que inclui ou exclui jurado da lista geral (inc. XIV)	307
12.2.2.	Legitimidade	309
12.2.3.	Interesse	309
12.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	309
12.2.5.	Tempestividade	310
12.2.6.	Regularidade formal	311
12.3.	Procedimento	312
12.3.1.	Formação do instrumento	313
12.3.2.	Juízo de retratação e o recurso invertido	316
12.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito	319
13.	EMBARGOS INFRINGENTES	321
13.1.	Noções gerais	321
13.2.	Embargos infringentes e de nulidade do CPP	322
13.2.1.	Cabimento	322
13.2.2.	Legitimidade e interesse	326
13.2.3.	Tempestividade	326
13.2.4.	Regularidade formal	328
13.2.5.	Procedimento	328
13.2.6.	Efeitos dos embargos infringentes	329
13.3.	Embargos infringentes perante o STF	332
13.3.1.	Cabimento	334
13.3.2.	Legitimidade e interesse	336
13.3.3.	Tempestividade	336
13.3.4.	Regularidade formal	336

13.3.5.	Procedimento.....	336
13.3.6.	Efeitos dos embargos infringentes.....	338
14.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	341
14.1.	Noções gerais	341
14.2.	Requisitos de admissibilidade.....	343
14.2.1.	Cabimento.....	343
14.2.1.1.	Ambiguidade e obscuridade	343
14.2.1.2.	Contradição.....	344
14.2.1.3.	Dúvida.....	346
14.2.1.4.	Omissão	346
14.2.1.5.	Erros materiais e erros evidentes	348
14.2.2.	Legitimidade e interesse	352
14.2.3.	Tempestividade.....	352
14.2.4.	Regularidade formal.....	353
14.3.	Procedimento.....	354
14.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	357
14.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos	360
14.6.	Embargos de declaração meramente protelatórios	364
14.7.	Julgamento dos embargos de declaração.....	366
15.	CARTA TESTEMUNHÁVEL	369
15.1.	Noções gerais	369
15.2.	Requisitos de admissibilidade.....	370
15.2.1.	Cabimento	370
15.2.2.	Legitimidade e interesse	372
15.2.3.	Tempestividade.....	372
15.3.	Procedimento.....	373
15.4.	Efeitos da carta testemunhável.....	376
16.	CORREIÇÃO PARCIAL.....	377
16.1.	Noções gerais	377
16.2.	Requisitos de admissibilidade.....	378
16.2.1.	Cabimento	378
16.2.1.1.	Cabimento em matéria criminal.....	381

16.2.2.	Legitimidade	383
16.2.3.	Tempestividade.....	384
16.3.	Procedimento.....	384
16.4.	Efeitos da correção parcial	386
17.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	389
17.1.	Noções gerais	389
17.2.	Regime jurídico do recurso extraordinário e do recurso especial no processo penal.....	393
17.3.	Requisitos de admissibilidade dos recursos	397
17.3.1.	Cabimento	397
17.3.1.1.	O conceito de “questões de direito”	397
17.3.1.2.	O conceito de “decisão de única ou última instância”	399
17.3.1.3.	Órgão que proferiu a decisão	400
17.3.1.4.	O conceito de “causas decididas”	401
17.3.1.5.	O prequestionamento	401
17.4.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	409
17.4.1.	Contrariar dispositivo da Constituição	409
17.4.2.	Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	414
17.4.3.	Julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição	415
17.4.4.	Julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	416
17.4.5.	A repercussão geral da questão constitucional	417
17.4.5.1.	A repercussão geral: relevância econômica, política, social ou jurídica	419
17.4.5.2.	Repercussão geral em matéria penal	423
17.5.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	428
17.5.1.	Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	428
17.5.2.	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	432
17.5.3.	Dissídio jurisprudencial	432
17.5.4.	A relevância da questão federal no recurso especial	435
17.6.	Legitimidade	437
17.7.	Interesse.....	437

17.8.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	438
17.8.1.	Deserção pela falta de preparo.....	439
17.8.2.	Desistência.....	440
17.9.	Regularidade formal.....	441
17.10.	Tempestividade.....	446
17.10.1.	Contagem do prazo em dias úteis ou dias corridos.....	447
17.10.2.	Contagem do prazo em dobro no caso de litisconsortes.....	448
17.11.	Procedimento.....	449
17.11.1.	Da fungibilidade entre recurso especial e extraordinário.....	451
17.12.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	452
17.13.	Repercussão geral e recurso representativo da controvérsia em matéria penal.....	465
17.14.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário.....	474
17.14.1.	Efeito devolutivo.....	474
17.14.2.	Efeito suspensivo.....	474
17.14.3.	Efeito regressivo e efeito extensivo.....	478
18.	AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	479
18.1.	Noções gerais.....	479
18.2.	O CPC e a unificação do regime do agravo em recurso especial e extraordinário.....	479
18.3.	Requisitos de admissibilidade.....	481
18.3.1.	Cabimento.....	481
18.3.1.1.	Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de repercussão geral.....	481
18.3.1.2.	Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de recursos repetitivos.....	483
18.3.2.	Legitimidade e interesse.....	484
18.3.3.	Ausência de fato impeditivo.....	485
18.3.4.	Tempestividade.....	485
18.4.	Procedimento.....	485
18.5.	Efeitos do agravo.....	489
19.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	491
19.1.	Noções gerais.....	491

19.2.	A unificação do regime dos Embargos de Divergência no CPC	492
19.3.	Requisitos de admissibilidade.....	495
19.3.1.	Cabimento	495
19.3.1.1.	Características do acórdão embargado.....	497
19.3.1.2.	Características do acórdão paradigma.....	500
19.3.2.	Legitimidade e interesse	501
19.3.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência... ..	503
19.3.4.	Ausência de fato impeditivo.....	506
19.3.5.	Tempestividade	507
19.4.	Procedimento.....	507
19.4.1.	Embargos de Divergência no STF	507
19.4.2.	Embargos de Divergência no STJ	508
19.5.	Efeitos dos Embargos de Divergência	509
19.5.1.	Efeito devolutivo.....	509
19.5.2.	Efeito suspensivo	510
19.5.3.	Efeito regressivo e efeito extensivo	511
20.	AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	513
20.1.	Noções gerais	513
20.2.	Requisitos de admissibilidade.....	514
20.2.1.	Cabimento	514
20.2.2.	Tempestividade.....	515
20.2.3.	Legitimidade e interesse	515
20.3.	Procedimento.....	516
20.4.	Efeitos do agravo em execução	517

PARTE III

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

21.	AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL.....	521
22.	REVISÃO CRIMINAL.....	525
22.1.	Noções gerais	525
22.2.	Condições da ação.....	528
22.2.1.	Interesse de agir: hipóteses de cabimento previstas em lei.....	528

22.2.1.1.	Contrariar o texto expresso da lei penal	531
22.2.1.1.1.	Revisão criminal e a mudança jurisprudencial.....	533
22.2.1.2.	Contrariar a evidência dos autos	537
22.2.1.3.	Depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.....	540
22.2.1.4.	Após a sentença, se descobrirem novas provas da inocência do condenado.....	542
22.2.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	547
22.2.3.	Legitimidade	550
22.3.	Pressupostos processuais.....	553
22.3.1.	Competência	554
22.4.	Procedimento.....	556
22.5.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova.....	559
22.6.	Resultados da revisão criminal	561
22.7.	Efeitos da sentença absolutória.....	563
22.8.	Coisa julgada e repositura da revisão criminal.....	566
22.9.	Indenização pelo erro judiciário.....	566
23.	<i>HABEAS CORPUS</i>	571
23.1.	Natureza jurídica	571
23.2.	Notícias históricas	571
23.3.	Tutela jurisdicional.....	572
23.4.	Condições da ação.....	576
23.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	576
23.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	578
23.4.3.	Legitimidade	588
23.4.3.1.	Legitimados ativos.....	588
23.4.3.2.	Legitimado passivo.....	591
23.5.	Pressupostos processuais.....	592
23.6.	Competência	595
23.7.	Procedimento.....	597
23.8.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova.....	602
23.9.	A coisa julgada no <i>habeas corpus</i>	606

23.10. <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	608
23.10.1. Antecedentes e sua criação jurisprudencial	608
23.10.2. Ausência de disciplina legal do <i>habeas corpus</i> coletivo.....	613
23.10.3. Dos direitos passíveis de tutela pelo <i>habeas corpus</i> coletivo.....	615
23.10.4. Dos legitimados para a propositura do <i>habeas corpus</i> coletivo ...	620
23.10.5. Da coisa julgada no <i>habeas corpus</i> coletivo	621
23.10.6. Da litispendência no <i>habeas corpus</i> coletivo e as alternativas para os <i>habeas corpus</i> individuais pendentes	628
23.10.7. A liminar no <i>habeas corpus</i> coletivo.....	631
23.10.8. Críticas e dificuldade ao <i>habeas corpus</i> coletivo	632
24. RECURSO ORDINÁRIO EM <i>HABEAS CORPUS</i>	639
24.1. Noções gerais	639
24.2. Requisitos de admissibilidade.....	639
24.2.1. Cabimento	639
24.2.2. Legitimidade	642
24.2.2.1. Desnecessidade de procuração no recurso em <i>habeas corpus</i>	644
24.2.3. Interesse recursal	645
24.2.4. Ausência de fato impeditivo	646
24.2.5. Tempestividade.....	646
24.3. Procedimento.....	646
24.4. Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	647
25. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL.....	649
25.1. Natureza jurídica	649
25.2. Notícias históricas	649
25.3. Tutela jurisdicional.....	650
25.4. Condições da ação.....	650
25.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	650
25.4.1.1. Mandado de segurança contra medidas cautelares patrimoniais	653
25.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	655
25.4.2.1. A adequação: natureza do direito tutelado.....	655
25.4.2.2. A adequação: comprovação documental do direito líquido e certo	657

25.4.3.	Legitimidade	658
25.4.3.1.	Legitimados ativos	658
25.4.3.2.	Legitimado passivo	659
25.5.	Pressupostos processuais	660
25.6.	Competência	663
25.7.	Procedimento	664
26.	RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	669
26.1.	Noções gerais	669
26.2.	Requisitos de admissibilidade	669
26.2.1.	Cabimento	669
26.2.2.	Legitimidade	670
26.2.3.	Interesse recursal	671
26.2.4.	Ausência de fato impeditivo	671
26.2.5.	Tempestividade	672
26.3.	Procedimento	672
26.4.	Efeitos do recurso ordinário	673
27.	RECLAMAÇÃO	675
27.1.	Notícias históricas	675
27.2.	Natureza jurídica	677
27.3.	Tutela jurisdicional	682
27.4.	Condições da ação	684
27.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	684
27.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	687
27.4.3.	Legitimidade	688
27.4.3.1.	Legitimados ativos	688
27.4.3.2.	Legitimado passivo	689
27.5.	Pressupostos processuais	689
27.6.	Competência	690
27.7.	Procedimento	691
28.	EMBARGOS DE TERCEIRO	697
28.1.	Natureza	697
28.2.	Cabimento	698

28.3. Momento	698
28.4. Competência	699
28.5. Procedimento.....	699
28.6. Recursos	702
29. EMBARGOS DO ACUSADO	705
29.1. Cabimento.....	705
29.2. Procedimento.....	706
30. EMBARGOS DO TERCEIRO DE BOA-FÉ	711
30.1. Cabimento.....	711
30.2. Procedimento.....	712
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	713